

Ano XX nº 6006 – 07 de março de 2019

Reforma da Previdência: trabalhar mais para ganhar menos



O governo divulga que a sua proposta da reforma da Previdência vai tornar o sistema mais justo, equiparando pobres e ricos. Na verdade, a proposta de reforma dificulta a aposentadoria e rebaixa o valor dos benefícios para todos os segmentos, em especial para os mais pobres e a classe média, nivelando todo o sistema por baixo.

Pelas regras propostas pelo governo Bolsonaro, a aposentadoria por tempo de contribuição será extinta; homens só poderão se aposentar com 65 anos de idade e com 20 anos de contribuição ao INSS; e as mulheres apenas com 62 anos de idade e os mesmos 20 anos de contribuição. Mas a idade mínima pode subir a partir de 2024, e depois a cada quatro anos (2028, 2032 e assim por diante), conforme o aumento da expectativa de sobrevida da população.

Outro detalhe importante é que, com 65 anos ou 62 anos e 20 anos de contribuição, homens e mulheres só receberão 60% do benefício. E serão 60% da média de TODOS os salários da vida laboral do cidadão, inclusive os menores, de início de carreira. Ou seja, além de aumentar o tempo para a aposentadoria, a PEC também reduz os valores dos benefícios, visto que, pelas regras atuais, são retirados do cálculo os 20% salários mais baixos do trabalhador ou trabalhadora. Hoje o percentual mínimo para quem se aposenta por idade é de 85% do benefício.

Atenção: se o trabalhador e a trabalhadora chegarem a 65 e 62 anos de idade, respectivamente, mas não tiverem alcançado os 20 anos de contribuição, não poderão se aposentar. Outra maldade é que para ter direito ao benefício integral (100% da média de TODOS os salários), serão necessários 40 anos de contribuição, além da idade mínima obrigatória (65 anos para homens e 62 anos para mulheres, pelo menos até 2024).

Se levarmos em consideração que a reforma trabalhista vai precarizar os empregos e deixar muitos trabalhadores na informalidade, será muito mais difícil alcançar os 20 anos de contribuição necessários para se aposentar, e quase impossível chegar aos 40 anos de contribuição exigidos para ter direito ao benefício integral.

Bancos criaram apenas 6 postos de trabalho em janeiro

O setor bancário, o mais lucrativo da economia brasileira, criou 6 (isso mesmo, seis) postos de trabalho em janeiro de 2018, segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), compilados pelo Ministério da Economia.

Em 2018, Itaú, Bradesco, Banco do Brasil e Santander lucraram R\$ 73,2 bilhões, aumento de 12,8% em relação a 2017, quando eles lucraram R\$ 65 bilhões. A Caixa, que completa o grupo dos cinco maiores bancos do país, ainda não divulgou seu resultado do ano passado.

Além da geração pífia de postos de trabalho, os bancos seguem lucrando com a rotatividade, demissão de bancários que ganham mais e contratação de funcionários com salários mais baixos. Os novos funcionários são contratados ganhando 22% menos do que os demitidos.

Entre os gêneros, a desigualdade também persistiu e aumentou. Em janeiro as mulheres foram contratadas ganhando em média R\$ 4.428, 17% menos do que os homens admitidos (R\$ 5.347). As demitidas ganhavam em média R\$ 5.560, 21% menos do que os dispensados (R\$ 7.038).

Na última Campanha Nacional Unificada dos Bancários, no ano passado, a categoria conquistou a realização de um novo Censo da Diversidade, que deve iniciar este ano. O censo é uma ferramenta importante no combate às desigualdades de gênero e raça no setor bancário e para a promoção de políticas de igualdade de oportunidades para mulheres, PCDs (pessoas com deficiência) e negros.

A eliminação de postos de trabalho é ainda mais injustificável se a relação clientes por empregado for considerada. Em dezembro de 2017, Banco do Brasil, Itaú, Bradesco e Santander tinham em média 820 clientes por empregado. Um ano depois, essa relação aumentou 3,3%, para 847 clientes por empregado. Os dados são das demonstrações contábeis das instituições.